

Jornal

BEM INFORMADO

IEPHA
INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Belo Horizonte, dezembro de 2014 – Ano 08 | nº 83

PROTEÇÃO PREVENTIVA

Minas Gerais é o primeiro Estado brasileiro a tratar de impacto cultural em Deliberação Normativa



Página 09

Memória Viva do IEPHA/MG

A trajetória de Tarcísio de Guadalupe no IEPHA

Página 04

Bem protegido

Vila de Biribiri – Ontem e hoje

Página 12

Conheça Minas

Arceburgo e suas histórias

Página 05

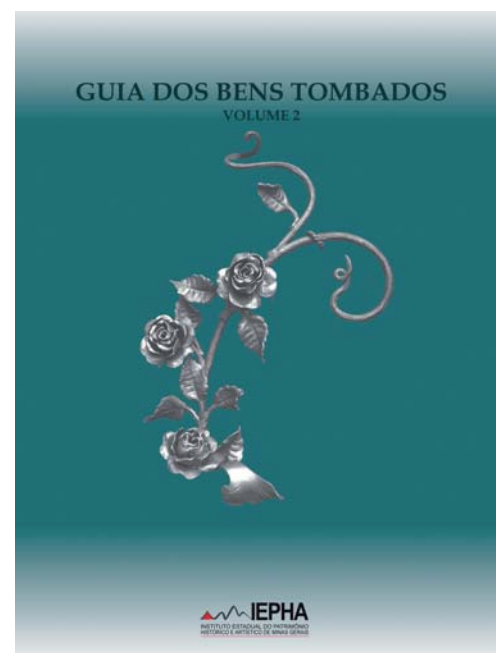
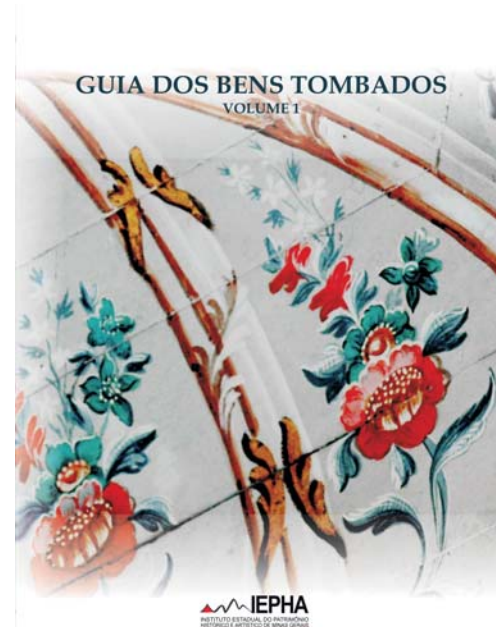
Celebração e Fé

Festividades marcam as comemorações do tricentenário do Mosteiro de Macaúbas

Páginas 10 e 11

Estado de Minas Gerais ganha 2ª edição do Guia de Bens Tombados

Publicação reúne bens culturais protegidos pelo IEPHA desde a sua criação



Páginas 06 e 07

Mala Direta Postal
Básica
9912261467/2010
IEPHA/MG
CORREIOS

Palavra do Presidente

fernando.cabral@iepha.mg.gov.br

É com imensa satisfação que durante esses quatro anos estive à frente de um dos órgãos estaduais de proteção ao patrimônio mais antigo do Brasil. Quando assumi o IEPHA em 2011, a convite do Governador Antonio Anastasia, encontrei uma instituição com profissionais experientes e capacitados. Naquela época, o IEPHA/MG começou um novo ciclo, renovando suas energias para dar continuidade a projetos já iniciados anteriormente e para outros desafios que surgiriam (como surgiram). Mudamos de sede para dar mais conforto e condições de trabalho aos técnicos do IEPHA. Uma grande conquista para este instituto.

Lançamos em 2013 a 1ª Edição do Guia de Bens Tombados de Minas Gerais, proporcionando aos pesquisadores, estudiosos e entidades de proteção do patrimônio, informações históricas importantes sobre os bens culturais protegidos pelo IEPHA até o ano de 2002. Outros trinta e quatro tombamentos ocorreram até o ano de 2014, o que nos motivou a publicar uma segunda edição do Guia, que foi dividido em dois volumes com detalhes dos bens protegidos pelo IEPHA/MG até os dias atuais.

Além do Seminário Internacional Paisagem Cultural realizado pelo IEPHA, em novembro tivemos o privilégio de receber amigos e parceiros na luta pela preservação do patrimônio cultural, para o lançamento da 2ª Edição do Guia de Bens Tombados de Minas Gerais, ocorrido no auditório da Academia Mineira Letras em Belo Horizonte. Essa publicação só se tornou realidade graças ao trabalho incansável dos servidores do IEPHA que, ao longo de

43 anos, pesquisaram, acompanharam e registraram cada detalhe dos bens tombados. Também não posso deixar de parabenizar os profissionais que se debruçaram e quebraram a cabeça para revisar os textos, diagramar e transformar todo o material em uma lindíssima publicação.

Outra grande conquista do IEPHA (talvez a mais importante dos últimos anos) foi a aprovação da Deliberação Normativa de Análise de Impacto no Patrimônio Cultural. O Conselho Estadual de Patrimônio Cultural – CONEP foi unânime ao votar a favor da Deliberação, instituindo que o IEPHA/MG se manifeste na fase inicial dos pedidos de licenciamento dos empreendimentos, projetos ou obras. Durante doze anos o IEPHA vem tentando mostrar aos empreendedores que a preservação do patrimônio cultural deve fazer parte do planejamento de trabalho.

Destaco a participação de Angela Dolabela Cãnfora, gerente de identificação na época e que deu início a essa longa caminhada e de seu sucessor, Raphael Hallack que conseguiu, com muita maestria, juntamente com a diretora de Proteção e Memória Angela Ferreira, dar contornos finais à pauta.

Nesses quatro anos de gestão os desafios encontrados foram superados com muito profissionalismo pela equipe de diretores composta por Angela Maria Ferreira, Dirceu Alves Jácome Junior, Marília Palhares Machado, Mônica Soares Grosso Avelino, Renato César José de Sousa, Fioravante Vendramini, pelos gerentes que souberam liderar e somar esforços e



pelos demais servidores do IEPHA. Ressalto ainda, o compromisso incansável dos assessores em alcançar os objetivos propostos por esta gestão. O IEPHA/MG também contou com a experiência criativa e de resultados positivos de Pedrosvaldo Caram Santos que esteve na vice-presidência deste instituto entre 2011 a 2014.

Parabéns a todos que fazem do IEPHA/MG uma das instituições mais referendadas deste país!

Fernando Viana Cabral
Presidente

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Governador: Alberto Pinto Coelho

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
Secretária: Eliane Denise Parreiras de Oliveira
Secretária adjunta: Maria Olívia de Castro e Oliveira

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS
Presidente: Fernando Viana Cabral
Chefe de Gabinete: Danielle Cristine de Faria
Diretor de Conservação e Restauração: Fioravante Vendramini
Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças: Dirceu Alves Jácome Junior
Diretora de Promoção: Marília Palhares Machado
Diretora de Proteção e Memória: Angela Maria Ferreira

BEM INFORMADO – INFORMATIVO DO IEPHA/MG
Textos e edição: Leandro Henrique Cardoso (MG 16780 JP)
Textos: Adalberto Andrade Mateus (MG 17581JP) e Ana Flávia Araújo (MG 14308JP)
Revisão gramatical: Isa Maria Marques de Oliveira
Diagramação: Pablo do Prado Soares (MG 1582 PP)
Fotos: Izabel Chumbinho
Impressão e acabamento: Usina do Livro
Impressão em papel Reciclato 90g/m3
Tiragem: 3.000 exemplares – Periodicidade: mensal



EDITORIAL

Por Leandro Henrique Cardoso



O gerente de Patrimônio Imaterial, Luis Gustavo Molinari Mundim em entrevista para a TV Assembleia

Em 2012, com a mudança de logomarca, o IEPHA/MG passou a adotar um novo conceito de identidade visual, resultando em uma aproximação cada vez mais institucional com as comunidades. A forma de se comunicar do IEPHA/MG também foi um fator importante na gestão 2011-2014 que transformou as ações do instituto em publicações e notícias para os canais de comunicação. Dos arquivos institucionais e memória (viva) de cada servidor para as páginas das duas edições do Guia de Bens Tombados, que narram os trabalhos dos técnicos ao longo de 43 anos através dos 134 tombamentos realizados por este instituto. Assim é o principal instrumento de difusão do IEPHA/MG, que foi enviado às prefeituras, pesquisadores e órgãos de preservação do patrimônio para pesquisas e estudos.

Os temas ligados ao patrimônio cultural de Minas Gerais veiculados na imprensa citam o IEPHA/MG como fonte oficial e histórica em suas reportagens, ressaltando e reforçando ainda mais a qualidade técnica do órgão e o seu compromisso com a missão de pesquisar, proteger e promover o nosso patrimônio.

Ações como a Jornada Mineira do Patrimônio Cultural, Seminário Internacional Paisagem Cultural, Fórum das Instituições Estaduais de Patrimônio Cultural, Dia do Patrimônio

Histórico, a restauração do Coreto da Praça da Liberdade, a restauração de peças sacras, a parceria com o Guiatel para divulgação de peças sacras desaparecidas, a contratação de obras e projetos do Minas Patrimônio Vivo, o lançamento do Guia de Bens Tombados, os registros da Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Chapada do Norte e da Comunidade dos Arturos como bens culturais de natureza imaterial, o ICMS Patrimônio Cultural, os cuidados com o patrimônio cultural durante o carnaval, entre outras foram destaques na mídia ao serem noticiadas pela imprensa.

Além da mídia espontânea, o IEPHA/MG possui seus canais próprios de comunicação para divulgar as atividades desenvolvidas e manter a sociedade por dentro do que acontece no âmbito do patrimônio cultural. O Bem Informado é um deles e aborda mensalmente temas ligados ao patrimônio cultural mineiro e a equipe da assessoria de comunicação social do IEPHA/MG fica atenta para produzir um jornal informativo para consultas e pesquisas futuras. A partir de dezembro o jornal do IEPHA/MG estará com o layout modificado para facilitar ainda mais a leitura dos textos.

Outra ferramenta muito importante para a instituição foi o site que ao longo desses anos vêm trazendo informações de grande valia à sociedade. Todas as ações realizadas pelo

IEPHA/MG em benefício do patrimônio de Minas Gerais são destacadas no site para que a população possa se manter sempre atualizada.

As redes sociais também aumentaram as possibilidades de relacionamento e comunicação do órgão. Quando se compartilha notícias de interesse público com os seguidores da página do facebook, o patrimônio cultural e a história de Minas se fortalecem.

Ao longo desses anos de trabalho, o IEPHA/MG tem se esforçado muito para produzir materiais de orientação e informação às comunidades locais e toda a sociedade bem como órgãos envolvidos na causa do patrimônio de forma a fornecer subsídios elementares para a proteção e preservação do patrimônio cultural mineiro. Dos diversos materiais produzidos destacamos as cartilhas, notas jornalísticas, cadernos sobre patrimônio e outros.

Para ampliar ainda mais o seu escopo comunicacional o IEPHA/MG se prepara para ter a sua primeira web rádio.

A gestão 2011-2014 do IEPHA/MG não mediu esforços para tornar público o que foi realizado para proteger, preservar e promover o patrimônio cultural de Minas Gerais.

Memória Viva do IEPHA/MG: Tarcísio de Guadalupe

Aposentadoria não será uma despedida, mas sim um motivo para os reencontros

Por Ana Flávia Araújo

Tarcísio de Guadalupe Sá Ferreira Gomes é Técnico de Proteção e Restauro e há 30 anos servidor do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artísticos de Minas Gerais, IEPHA-MG. Tarcísio conta que o IEPHA lhe deu régua, compasso e muitos amigos, e que durante esses 30 anos servindo a instituição. Segundo ele, viajou por diversos lugares e conheceu vilas, cidades, igrejas, museus, cachoeiras, rios, e histórias de várias comunidades que sempre lutaram para preservar suas tradições.

“Trabalhar no IEPHA sempre foi almejado por profissionais na área de pesquisa, arquitetura e engenharia, a instituição é uma escola, um lugar que vai muito além do local de trabalho, onde se aprende o que não se estuda nas escolas”, disse Tarcísio. O servidor conta que sempre trabalhou em setor público, por acreditar nessa relação de troca entre servidor e órgão público. “Quando gostamos do nosso trabalho e o fazemos com ética, respeito e dedicação estamos devolvendo a sociedade tudo aquilo que o estado nos oferece”, afirma Tarcísio.

Segundo ele, um marco nas relações entre os servidores são os encontros de funcionários e ex-funcionários. “Reunir e rever esse pessoal desde os primórdios do IEPHA é um grande prazer, principalmente porque as amizades são duradouras”.

Um dos grandes trabalhos realizados por Tarcísio ocorreu próximo a sua aposentadoria e marcou sua vida profissional. O servidor coordenou os trabalhos de publicação da 1ª Edição do Guia de Bens Tombados do IEPHA-MG. “O órgão tem muito a construir, instruir e preservar, isso é preservação de memória continua.

Espero que o IEPHA seja valorizado e respeitado nas próximas gestões e alcance os todos objetivos finais”, declara.

“Minhas perspectivas para aposentadoria são as melhores, pretendo continuar atuando na área de patrimônio histórico, num período menor de tempo, pois é o que eu sei fazer de melhor, vou ler os livros que guardei para a aposentadoria, compartilhar as experiências adquiridas e o ponto principal é de não fazer da minha aposentadoria uma despedida, mas sim um motivo para outros reencontros”, afirma.



Trabalhar no IEPHA/MG sempre foi almejado por profissionais na área de pesquisa, arquitetura e engenharia, a instituição é uma escola, um lugar que vai muito além do local de trabalho, onde se aprende o que não se estuda nas escolas.

Tarcísio conta que chegou a sua hora de seguir viagem sem a companhia diária de seus colegas de trabalho, hoje ele se prepara para aposentar, o que não é fácil, mas vai acompanhado de uma seletiva de livros que veio colecionando ao longo dos anos, para ler quando se aposentasse. Entre eles o de maior expectativa é a obra “Em busca do Tempo Perdido”, que vem fazendo-o refletir diariamente sobre sua vida e suas conquistas.



Conheça Minas: Arceburgo

Cidade Forte: Com promessas de desenvolvimento promissor sem perder a sua atmosfera interiorana e acolhedora.

Por Ana Flávia Araújo



É só abrir os olhos e ver o quanto Arceburgo progrediu e cresceu nestes últimos anos. A antiga “prainha” tornou-se Parque Ambiental, lugar onde as famílias passeiam, praticam esportes, caminham; há tempos atrás as ruas eram de terra e cascalho, hoje estão asfaltadas, onde eram apenas pastos e cavalos, hoje é a Vila Progresso; a Vila São Sebastião era só mato, hoje é uma grande vila povoada, como os demais bairros da cidade. “Arceburgo pode e deve ser chamada hoje de cidade, por tantos progressos que ela conquistou”, afirma Adma Maffud Perucello, cidadã arceburgense.

Cidade de povo hospitaleiro e dedicado às atividades culturais vem se desenvolvendo sem perder o seu ar interiorano e suas essências. As tradicionais festas de Folia de Reis, as atividades culturais como a gastronomia local com o famoso Bauru do João Rossi e do antigo Bar do Nenê se mantêm vivos no dia a dia dos cidadãos arceburgense. Segundo Bruno Tripoloni Balista, chefe do Setor Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural de Arceburgo, os eventos realizados pelo município, tais como Salão de Artes Plásticas e a Tradicional Festa de São João Batista, que acontecem no mês de Junho atraindo visitantes de toda a região e também de outras localidades pela sua tradição. “A tradicional Cavalgada, a Queima do Alho, a Alvorada e as exposições de

artesanatos envolvem toda comunidade que se interagem para manter suas tradições”, afirma Bruno.

Hoje a cidade de Arceburgo tem seu próprio Setor Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural e em parceria com o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG vem auxiliando e capacitando profissionais e conscientizando a comunidade sobre a importância de se preservar um bem público. Segundo Bruno Tripoloni o órgão, por ser uma instituição respeitada e com propósitos de preservação, restauração e conservação do patrimônio, passa para os moradores do município confiança e segurança. “A verba do ICMS Patrimônio Cultural que é repassada após análises do IEPHA/MG ao nosso município é de grande e extrema valia, pois nos ajuda no desenvolvimento de nossas ações de preservação, conservação e restauração de nossos bens tombados, inventariados e registrados e também nos projetos de Educação Patrimonial, no qual desenvolvemos anualmente”, afirma o servidor.

A igreja Matriz de São João Batista é uma das referências postais do município, o santuário construído em 1915 está entre as mais lindas edificações religiosas da região, pois os seus sinos são de sons perfeitos, e toda tarde alegre os ares da cidade. O interior da igreja é todo

pintado com passagens bíblicas contando sobre a vida de Jesus e de João Batista. Arceburgo possui uma zona rural belíssima com matas e florestas que cercam o município. O Rio da Onça é um grande exemplo, com lindas cachoeiras e bosques nativos ao seu redor. Uma curiosidade bastante comentada na região é a construção da capela no ano de 1893. Segundo depoimentos orais recolhidos de moradores mais antigos da comunidade cuja história transcorre até os dias de hoje, Cândido de Souza Dias era de formação religiosa católica, ao cumprimento de uma graça alcançada, ele construiu a capela que teria como padroeiro o Santo precursor, São João Batista. A capela foi erguida no centro, onde hoje está situada a Igreja Matriz. No dia 24 de junho de 1893 a imagem de São João Batista, acompanhada de solene e concorrida procissão foi levada de sua Fazenda Fortaleza até a recém-construída capela. Certamente, antes da existência da capela, havia o remoto assentamento de um rancho de tropeiros e o costume cristão vindo de séculos. Havia plantado a uns vinte ou trinta metros abaixo da Capela, um cruzeiro cujos pés havia um amontoado de pedras, que foram trazidas para este lugar pelas promessas cumpridas nas graças alcançadas e sob elas os devotos daqueles tempos acendiam velas em cumprimento de outras promessas.

| História de Arceburgo

O povoamento inicial do município de Arceburgo aconteceu nas últimas décadas do século XIX, quando as minas de ouro do sul de Minas Gerais já se encontravam em exaustão. Em meados do século XIX, a agricultura superou a pecuária e confirmou-se como a principal atividade econômica do município. O desenvolvimento da cafeicultura no local denominado “Sertões do Jacuhy” gerou a formação de fazendas e conseqüentemente a instalação de povoados. Roberto Capri, um dos primeiros a escrever algumas notas sobre as origens de Arceburgo, em sua obra “O Estado de Minas Gerais”, editada em 1918, escreveu: “O doador do patrimônio da sede do distrito foi o Senhor Major Candido Dias. Em 1814, São João da Fortaleza era um rancho para abrigar tropeiros que viam do Estado de São Paulo, transportando mercadorias para diversas localidades. Quem conheceu Arceburgo em 1874, fica deslumbrado ante o seu maravilhoso desenvolvimento, devido aos esforços e aos ideais de seus habitantes e de seus filhos, destacando-se entre esses o Coronel Candido de Souza Dias, cuja saudosa memória vive abençoada na alma popular de todo arceburgense, pelos relevantes serviços por ele prestados ao Município, e que sempre o engrandeceram”. Assim se formou Arceburgo uma cidade forte e promissora.

AÇÕES DO IEPHA

IEPHA/MG lança 2ª edição do Guia de Bens Tombados de Minas Gerais

Obra apresenta os trabalhos do instituto em prol da preservação do patrimônio cultural desde sua fundação em 1971

Por Leandro Henrique Cardoso



Promotor Dr. Marcos Paulo de Souza Miranda, o presidente do IEPHA/MG, Fernando Viana Cabral, a secretária de Estado de Cultura, Eliane Denise Parreiras Oliveira e o representante do IPHAN, Andrei Rosenthal.

Viajar e conhecer as riquezas culturais de Minas Gerais sem sair do lugar será possível com a 2ª edição do Guia de Bens Tombados, lançado em novembro de 2014, na Academia Mineira de Letras em Belo Horizonte.

Os bens materiais protegidos pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG estão reunidos em uma publicação que conta detalhes históricos de cada um deles. Cento e trinta e quatro monumentos entre, igrejas, fazendas, casarões, conjuntos arquitetônicos, paisagístico, centros históricos e arqueológicos fazem parte da obra que narra os trabalhos do instituto em prol da preservação do patrimônio cultural desde sua fundação em 1971.

Os textos foram escritos pelos próprios servidores do IEPHA/MG, que recorreram às pesquisas e processos que originaram cada um dos tombamentos. A 2ª edição do Guia foi dividida em dois volumes, já que houve a inclusão de novos bens, aumentando, conseqüentemente, o número de páginas, passando de 400 da primeira edição para 552 nesta segunda. Na produção dos textos valeu-se de o todo acervo de documentação acumulado pelo

IEPHA/MG – projetos, vistorias, relatórios, diagnósticos – que se encontra armazenado nos arquivos correntes e sob a guarda da Gerência de Documentação e Informação.

Para o presidente do IEPHA/MG Fernando Cabral, o Guia de Bens Tombados é uma das principais ferramentas de difusão do órgão. “Através do Guia qualquer cidadão poderá conhecer as histórias dos bens tombados que fazem parte da memória de Minas Gerais”, afirmou Cabral salientando ainda que só foi possível publicar essa obra devido ao esforço e dedicação de cada um dos técnicos que trabalharam na instituição nestes 43 anos e envolvidos no processo de produção desta obra.

Estudiosos, pesquisadores, estudantes, agentes culturais, jornalistas e demais protetores do patrimônio cultural poderão utilizar o Guia de Bens Tombados como fonte de pesquisa.

Em 2013 já havia sido lançado a 1ª edição do Guia, porém contemplando apenas os tombamentos realizados pela instituição entre 1971 e 2002.

A publicação será direcionada às prefeituras municipais, institutos de pesquisa e proteção

do patrimônio cultural, centros de memória e museus, entre outros.

| Publicação resgata memória de bens culturais espalhados por 132 cidades mineiras

O Palácio da Liberdade, localizado na Praça da Liberdade, construído para ser a residência oficial do governo estadual, foi o primeiro bem tombado pelo IEPHA/MG, em janeiro de 1975. A 2ª edição do Guia de Bens Tombados narra com detalhes a história desse bem cultural desde sua construção no século XX, até meados de 2006 quando foi realizada uma intervenção abrangente, tornando a edificação mais íntegra. Atualmente, com transferência da sede do governo de Minas Gerais para a Cidade Administrativa, o Palácio da Liberdade é utilizado em solenidades de representação do governo e está aberto à visitação pública aos domingos. Na zona rural do município de Santa Luzia, região Metropolitana de Belo Horizonte, se encontra outro bem tombado pelo IEPHA/MG e que tem sua história contada e registrada no Guia, o Mosteiro de Macaúbas, que completa em 2014 seu tricentenário. Tombado em agosto de 1978, o Mosteiro guarda em seu interior um acervo de bens móveis e



| Homenagem a Jorge Askar

A sessão de lançamento do Guia de Bens Tombados IEPHA/MG foi dedicada de modo muito especial à memória do arquiteto Jorge Askar, falecido em julho de 2014. Jorge integrou a equipe da Diretoria de Promoção do IEPHA até o mês de abril, quando se afastou para tratamento de saúde. Pesquisador em Ciência e Tecnologia pela Fundação João Pinheiro, desde a década de 1980, “Jorginho”, como era conhecido por todos, esteve junto à equipe do IEPHA desempenhando atividades em prol da preservação do patrimônio cultural. Doutor em Restauo em Monumentos e Centros Históricos pela Universidade de Roma, ele foi um dos organizadores do livro “Mestres e Conselheiros – Manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural”, além de participar da estruturação de importantes eventos da área como o Fórum dos Mestres e Conselheiros e 1ª edição da Jornada Mineira do Patrimônio Cultural. Jorge Askar participou da elaboração da 2ª edição do Guia com o capítulo referente à Fazenda Pé-do-Morro e Capela de Santana, localizadas em Ouro Branco.

No lançamento da 2ª Edição do Guia, um grande público marca presença.

integrados. Na parte externa foi construída a Capela de Nossa Senhora da Conceição, decorada pelo mestre entalhador Manuel Antonio Azevedo Peixoto, que executou três retábulos entalhados, policromados e dourados no estilo rococó, datados de 1767. Esses e outros 132 bens tombados fazem parte dos dois volumes desta 2ª edição do Guia.

| Presenças

A cerimônia de lançamento da 2ª Edição do Guia de Bens Tombados, no auditório da Academia Mineira de Letras, recebeu cerca de 150 pessoas entre servidores e ex-servidores do IEPHA/MG, professores, pesquisadores, estudantes, políticos, arquitetos, engenheiros, entre outros. A Secretária de Estado de Cultura Eliane

Parreiras, o Coordenador da Promotória de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais Marcos Paulo de Souza Miranda e o Presidente em exercício do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional - IPHAN, Andrey Rosenthal discursaram durante o lançamento do Guia e não pouparam elogios à publicação. Para Andrey, “a obra produzida pelo IEPHA/MG é o Guia mais completo de bens culturais protegidos do país, porque reúne todos os tombamentos do Estado de Minas Gerais”. Já o Promotor Marcos Paulo ressaltou a importância do Guia para o trabalho das promotorias espalhadas pelo estado que atuam na defesa do patrimônio cultural.

Luiz Ricardo de Castro Amédée Péret, Adriana de Castro Amédée Péret e Renata de Castro Amédée Péret Motta, filhos do ex-

presidente do IEPHA/MG, Luciano Amédée Péret fizeram questão de representar o pai que não pôde comparecer no evento por questão de saúde. Outra presença marcante no lançamento foi Pedrovaldo Caram, vice-presidente do instituto entre 2011 e 2014, lembrado com muito carinho nos discursos do Promotor Dr. Marcos Paulo de Souza Miranda e da Secretária de Estado de Cultura Eliane Parreiras. Os vereadores de Belo Horizonte Arnaldo Godoy e Adriano Ventura também prestigiaram o lançamento do Guia. Cidades como Contagem, Pompéu, Passa Tempo, Brumadinho, Conceição do Mato Dentro, Lavras, Barbacena, Congonhas e outros também enviaram representantes. Ao final da cerimônia todos os convidados foram contemplados com um exemplar da 2ª Edição do Guia de Bens Tombados de Minas Gerais.

UTILIDADE PÚBLICA**UNESCO aprova a Roda de Capoeira**

Um dos símbolos do Brasil é reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade

Por Ana Flávia Araújo

A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura/UNESCO aprovou em novembro, a Roda de Capoeira, um dos símbolos mais conhecidos do Brasil, como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. A inscrição do Brasil, para reconhecimento da Capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade foi elaborada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN e definida na 9ª Sessão do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda, realizada na sede da UNESCO em Paris. A decisão repercutiu de imediato em Minas Gerais, um dos estados com maior número de adeptos da arte que se confunde com a história dos negros no Brasil. Em Belo Horizonte, houve reunião comemorativa na Casa do Conde, sede do IPHAN, com mesa-redonda e apresentação de capoeiristas. Participaram da reunião a presidente do IPHAN, Jurema Machado, a diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial/DPI-IPHAN, Célia Corsino, os diplomatas da delegação do Brasil junto à UNESCO, capoeiristas brasileiros e Luís Mundim, Gerente do Patrimônio Imaterial do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais/IEPHA-MG, Luís Mundim.

Segundo Mundim, em 2008 a Capoeira foi reconhecida pelo IPHAN, como patrimônio cultural brasileiro, e a partir daí, foram feitos estudos e construído o dossiê para a inscrição no âmbito internacional. “Alguns técnicos do IEPHA foram convidados para participar das análises e construção desse documento. No dia da reunião comemorativa eu integrei a mesa para falar da importância da salvaguarda e da caminhada junto ao órgão, conscientes da valorização desta herança cultural africana”, afirma o gerente. A prática da capoeira está presente em mais de 150 países levando o som do berimbau a diferentes comunidades.

O termo capoeira significa “o mato que nasce depois do desmatamento”, provavelmente porque era praticada no meio do mato, com os lutadores próximos ao chão, para não serem descobertos pelos seus senhores. É preciso dizer que nessa época a capoeira era uma prática proibida, pois os escravos treinavam sua forma de defesa pessoal, poderiam trazer problemas para aqueles que se consideravam seus “donos”. No entanto, ainda que proibida, a capoeira nunca deixou de ser praticada e ensinada. Praticantes desta arte marcial brasileira (como é conhecida no exterior) aprendem não apenas a lutar e a jogar, mas também a tocar os instrumentos



Foto: Divulgação

típicos e a cantar. A capoeira é a expressão do que há de mais brasileiro em termos de atividade física. E a mistura de arte marcial, esporte, cultura popular e música, desenvolvida no Brasil principalmente por descendentes de escravos africanos. A luta é caracterizada por golpes de movimentos ligeiros e complexos com sua musicalidade que a distingue das outras artes marciais.

Existem vários momentos históricos da capoeira no Brasil, entre eles a participação dos capoeiristas na guerra do Paraguai e a apresentação de Mestre Bimba para o Interventor Federal na Bahia, Juracy Magalhães e para o presidente Getúlio Vargas. Segundo Priscila Soares, primeira Secretária do COMCAP-MG, Conselho de Mestres de Capoeira do Estado de Minas Gerais, o reconhecimento da Roda de Capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade trata-se do reconhecimento da importância da capoeira como símbolo de resistência cultural, esse registro confirma a importância internacional que a capoeira possui e espera-se, que com ele, a capoeira tenha as suas políticas de salvaguarda ampliadas e efetivadas. Para Priscila é importante a participação do IEPHA-MG nas ações de salvaguarda da capoeira realizadas no estado, por possuir representação no Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira em Minas Gerais. “O IEPHA, como órgão responsável pela preservação do patrimônio cultural em

Minas Gerais, possui grande importância para a preservação da capoeira mineira e para que a salvaguarda da capoeira seja realmente efetivada no Estado”, afirma Priscila.

| A CAPOEIRA E SUAS RAÍZES

A história da capoeira começa no século XVI, época em que o Brasil era colônia de Portugal. A mão-de-obra escrava africana foi muito utilizada no Brasil, principalmente nos engenhos (fazendas produtoras de açúcar) do nordeste brasileiro. Muitos destes escravos vinham da região de Angola, também colônia portuguesa. Os angolanos, na África, faziam muitas danças ao som de músicas. Ao chegarem ao Brasil, os africanos perceberam a necessidade de desenvolver formas de proteção contra a violência e repressão dos colonizadores brasileiros. Eram constantemente alvos de práticas violentas e castigos dos senhores de engenho. Quando fugiam das fazendas, eram perseguidos pelos capitães-do-mato, que tinham uma maneira de captura muito violenta. Os senhores de engenho proibiam os escravos de praticar qualquer tipo de luta. Logo, os escravos utilizaram o ritmo e os movimentos de suas danças africanas, adaptando a um tipo de luta. Surgiu assim a capoeira, uma arte marcial disfarçada de dança. Foi um instrumento importante da resistência cultural e física dos escravos brasileiros.

NOTÍCIA

Salvaguarda preventiva do patrimônio cultural

Minas Gerais é o primeiro Estado brasileiro a tratar de impacto cultural em Deliberação Normativa

Por Leandro Henrique Cardoso



Fazenda das Carreiras – Ouro Branco (MG)

O Conselho Estadual de Patrimônio Cultural – CONEP aprovou nessa quarta-feira, 3, por unanimidade, a Deliberação que normatiza a análise de impacto de empreendimentos, obras e projetos no patrimônio cultural de Minas Gerais. Com essa Deliberação, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG assume papel importante na fase inicial do licenciamento avaliando possíveis impactos e suas consequências para a preservação do patrimônio cultural provocados pela instalação e operação de empreendimentos. O órgão poderá, ainda, propor medidas mitigadoras e compensatórias, além de programas específicos de acompanhamento concernentes ao tema.

Essa normatização trará ganhos para todo o Estado, e se consubstancia em um dos mais importantes instrumentos de ação preventiva em defesa do patrimônio cultural. Os projetos, obras e empreendimentos (privados ou públicos) que quiserem se instalar no território mineiro, deverão abordar o tema em sua fase inicial de estudos, encaminhando documentação específica ao IEPHA/MG, que fará as análises, proposições e adequações necessárias visando a convergência dos interesses econômicos e sociais com a preservação das referências culturais do Estado. As premissas de avaliação de impacto de empreendimentos no patrimônio cultural foram abordadas na resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA de 1986 como escopo dos estudos e trabalhos que envolvem o licenciamento ambiental. No entanto, Minas Gerais é o primeiro estado no Brasil a deliberar sobre as especificidades da preservação do patrimônio cultural como parte do processo de licenciamento.

Dessa forma, o Estado conquista um dos instrumentos mais importantes no que tange a salvaguarda preventiva do patrimônio cultural, agregando e ampliando conceitos de sustentabilidade, função social, gestão responsável e respeito às referências culturais pelas empresas que pretendem se instalar ou ampliar as suas atividades em território mineiro.

| HISTÓRICO

A lei nº. 11.726 de 1994 estabeleceu a obrigatoriedade da apresentação e aprovação de estudo prévio de impacto cultural em toda obra ou projeto público ou privado que tenha efeito real ou potencial, material ou imaterial, sobre área ou bem identificado como de interesse histórico, artístico, arquitetônico ou paisagístico pelo Estado. Desde 2002, o IEPHA/MG vem se manifestando em relação ao patrimônio cultural identificado nas áreas de influência dos empreendimentos a pedido dos órgãos de licenciamento ambiental. Em 2011 o IEPHA/MG instituiu um grupo de trabalho, coordenado pela arquiteta Ângela Canfora, para discutir e elaborar uma proposta de regulamentação da avaliação de impacto cultural criada pela Lei nº. 11.726, incluindo o conteúdo do estudo e respectivo relatório e a indicação da fase do licenciamento em que o órgão deve se manifestar.

No início de 2014, o grupo produziu um relatório contendo uma minuta de deliberação sobre o tema. O relatório e a proposta foram apresentados ao CONEP, que instituiu uma relatoria conjunta formada por representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB. Uma nova

proposta de texto foi elaborada com as contribuições do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana – SEDRU, UFMG e OAB, que discutiu e submeteu a nova versão às diversas comissões da ordem.

A partir da discussão e das diversas contribuições de distintos setores da sociedade a relatoria chegou a um texto comum que foi levado ao CONEP, que deliberou pela sua aprovação por unanimidade.

| O QUE MUDA PARA OS EMPREENDEDORES

A análise de impacto no patrimônio cultural, no âmbito do licenciamento ambiental, já é estabelecida pela resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA nº. 1, de 1986. Com a Deliberação Normativa aprovada pelo Conselho Estadual do Patrimônio Cultural – CONEP – fica claro para o empreendedor qual o escopo de trabalho e em qual fase do licenciamento deverão ser apresentados os estudos concernentes ao patrimônio cultural, trazendo segurança jurídica ao setor produtivo. “Muitas vezes essas informações sobre o patrimônio cultural só eram solicitadas pelo órgão ambiental na fase final do licenciamento ambiental, colocando em risco a proteção de bens culturais. Com a Deliberação as regras ficam claras, beneficiando o empreendedor, que saberá exatamente como e quando proceder em relação ao processo de licenciamento, o IEPHA/MG, que deverá se estruturar para receber o aumento da demanda, e, principalmente, o patrimônio cultural, que ganha um importante instrumento de ação preventiva”, afirma Raphael João Hallack Fabrino, gerente de identificação do IEPHA/MG.

Para Fernando Cabral, presidente do Instituto, com essa deliberação, o patrimônio cultural de Minas Gerais terá mais chances de ser preservado. “Uma instituição como o IEPHA, que há 43 anos trabalha com dedicação e comprometimento pela preservação do patrimônio cultural mineiro, não pode deixar que tradições históricas e culturais sejam colocadas em segundo plano”, disse Cabral, salientando ainda o esforço do trabalho em conjunto entre os representantes da OAB, UFMG e IAB na produção do texto que trata da Deliberação.

MACAÚBAS 300 ANOS

SILENCIOSOS E MARCANTES PASSOS DA FÉ

Por Adalberto Andrade Mateus



As palmeiras emolduram o espaço de fé e devoção. O rio serpenteia e não desafia a enorme construção. Acima, somente a Mãe D'Água, a jorrar água cristalina, e um céu azul capaz de intermediar a ligação dos mundos humano e espiritual. No sopé do morro está a "Macaúbas das freiras", como diria o viajante Richard Burton pelos idos de 1867. História de fé, religiosidade, persistência e coragem no sertão mineiro, o Mosteiro de Macaúbas, completou seu tricentenário de existência no último dia 08 de dezembro, durante as celebrações da solenidade da Imaculada Conceição de Maria.

Implantado inicialmente às margens do Rio das Velhas e do Rio Vermelho, em Santa Luzia, Macaúbas é espaço ininterrupto de profissão da fé cristã e atravessou os três últimos séculos sob a inspiração e proteção da Imaculada Conceição (ver iconografia na próxima edição). O local é a comprovação, no século XXI, de que ainda é possível nos desligarmos dos vícios e pecados capitais de um mundo essencialmente guiado pela tecnologia e irmos à necessária fonte para a percepção do espaço do sagrado e do místico.

Macaúbas foi fundado por Félix da Costa, um ermitão que, vindo de Penedo (atual Alagoas), teve uma visão na Barra do Guaicuí de um monge com vestes brancas e escapulário azul. Descrevendo a visão ao bispo do Rio de Janeiro, Dom Frei Francisco

de São Jerônimo, Félix foi esclarecido pelo bispo de que se tratava do hábito de Nossa Senhora da Conceição e assim concede-lhe a licença necessária para a construção, de uma ermida dedicada à Virgem Imaculada, iniciada em 12 de agosto de 1714. Com a permissão, Félix percorre as estradas dos sertões, com um oratório ao pescoço em busca dos recursos necessários para erguer a ermida, espaço solitário, mas profundamente irradiador de fé. Assim, teve início de uma história de inúmeros personagens e de uma saga digna de uma epopeia. O local se constituiu como o Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição do Monte Alegre das Macaúbas, em referência ao pequeno monte onde foi implantado em meio às palmeiras macaúbas e as recolhidas passam a seguir normas de vida religiosa praticando exercícios espirituais. Durante o período colonial, não poderia haver instalação de ordens religiosas em Minas, sob alegação de contrariar os interesses da Coroa Portuguesa, que temia o contrabando do ouro por essas instituições.

Macaúbas se desenvolveu, ganhou admiração e acompanhamento dos bispos do Rio de Janeiro, sob quem estava subordinado eclesiasticamente o território mineiro. Em 1727, o bispo Dom Antônio Guadalupe autorizou a construção de um novo prédio, o atual, que teve suas principais obras realizadas entre 1733 e 1743, quando ocorre a transferência das recolhidas. O recolhimento logo teve suas atribuições

ampliadas para o funcionamento de um educandário, o primeiro feminino de Minas Gerais, que pode acolher as filhas e esposas de maridos ausentes. O local recebeu a licença e a proteção da Rainha de Portugal, Dona Maria I, em 1789, e teve as atividades educacionais devidamente licenciadas a partir de 1847, quando passa a efetivamente funcionar o Colégio das Macaúbas, de fama e prestígio até o início do século XX. Teve entre as suas alunas, a mãe do poeta maior, Carlos Drummond de Andrade, Dona Julieta Augusta. Nos espaços enclausurados, no século XIX, vivia uma mística: a Irmã Germana da Purificação (1782-1856), que no período de 48 horas vivia o êxtase da crucificação, entre as noites de quinta e sexta-feira. No século XX, a presença acolhedora e bondosa da Irmã Maria da Glória do Coração Eucarístico (1903-1986), beatifica as caravanas de romaria que acorreram ao seu encontro.

A edificação da ermida e recolhimento primitivos não existem mais. Mas a fé e o signo inspirador ainda estão presentes em Macaúbas que, desde 1933, acolhe as monjas concepcionistas da Ordem da Imaculada Conceição, fundada em Toledo, na Espanha, em 1484, por Santa Beatriz da Silva e Menezes.

Monumento religioso, histórico, artístico, cultural e paisagístico de grande importância, o Mosteiro foi tombado em 1963 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e, em 1978, pelo IEPHA/MG.

Rio, 27 de fevereiro 1948

"Querida mamãe, Hoje resolvi fazer-lhe uma surpresa: mandar-lhe estas fotografias, para despertar na senhora algumas saudades. Lembra-se desse lugar? Certamente que sim. É o seu antigo Colégio de Macaúbas, onde a senhora passou algumas horas de sua vida.

(...)

Aqui, todos bem. Abençoe a netinha e o filho e receba as lembranças de Dolores. Todo carinho e saudades do Carlos"

(carta enviada por Carlos Drummond de Andrade à sua mãe, Julieta Augusta)

| REVITALIZAÇÃO

Os trezentos anos de construção da ermida primitiva e casa das recolhidas por Félix da Costa foram comemorados com muita festa durante o ano jubilar que se encerrou no dia 08 de dezembro. As monjas concepcionistas, inadiáveis em sua profissão religiosa, tem um profundo compromisso com a manutenção e preservação permanente de um dos maiores

patrimônios culturais tombados pelo Estado de Minas Gerais, além de promover a história da edificação que é símbolo da religiosidade e da educação em Minas Gerais, sendo considerado o primeiro santuário do estado. Macaúbas, em suas origens eremíticas, tem como correspondentes o Santuário do Caraça, fundado em 1774, o Santuário da Serra da Piedade, construído a partir de 1767, igualmente erigidos por figuras míticas e a Casa da Oração do Vale das Lágrimas, similar feminino de 1750, inexistente nos dias de hoje.

Para marcar o tricentenário de Macaúbas, várias ações foram desenvolvidas ao longo de 2014, sendo a principal delas a restauração da pintura de todas as fachadas do prédio, abrangendo uma área total de mais de 6,5 mil metros quadrados de construção. Para isso, uma campanha inédita para doação de tintas e materiais foi lançada pelas monjas concepcionistas buscando o apoio da comunidade e dos amigos. A irmã Maria Imaculada de Jesus Hóstia, madre emérita do Mosteiro e coordenadora das ações de restauração desde a década de 1980, desafiou os obstáculos com a seguinte provocação: “O aniversariante deve estar de roupa nova em seu aniversário, vamos dar a Macaúbas o seu presente pelo tricentenário”. Em ação comandada pelo jornalista luziense José Carlos Santana, um livro foi aberto e as doações foram buscadas de porta em porta envolvendo amigos e casas comerciais, constituindo-se numa das mais importantes ações de mobilização já desenvolvidas na cidade desde a restauração do Santuário de Santa Luzia, em 1992. A comunidade atendeu aos pedidos e compareceu com a doação de todos os materiais necessários à empreitada. Ainda faltam recursos para a conclusão do pagamento da mão de obra e as irmãs tem a certeza de que conseguirão.

| HUMILDADE

Durante o ano festivo, Macaúbas recebeu a visita de personalidades, jornalistas e pesquisadores, mas o que está gravado com emoção na memória das irmãs é a cena de um senhor humilde que levou um cofre com uma pequena quantia e se desculpou pelo pouco que podia contribuir. Para as irmãs não houve prêmio maior – estava ali simbolizada uma campanha que mobilizou os corações de toda uma comunidade de fé e amizade que nunca faltou durante a história do Mosteiro. “O apoio de instituições oficiais foram poucos, mas a corrente de amigos foi enorme e em todo o estado, com contribuições vindas de vários municípios. Uma prova do reconhecimento da importância e relevância de Macaúbas para os mineiros” destaca a madre abadessa Maria Auxiliadora.

| O COTIDIANO DA FÉ EM MACAÚBAS

Ao longo dos últimos trezentos anos, Macaúbas passou por diferentes fases.

Inicialmente funcionou como recolhimento, posteriormente acumulou as funções de educandário e colégio feminino. Com a vinda para Minas de congregações estrangeiras mais experientes na prática educativa, o colégio foi fechado e sua transformação em um mosteiro foi a solução apontada pelo então arcebispo Dom Antônio dos Santos Cabral. Em 1933, a conversão do espaço em Mosteiro da Ordem da Imaculada Conceição (OIC) manteve preservada a origem da devoção de Félix da Costa.

Atualmente vivem no Mosteiro as irmãs concepcionistas franciscanas que professam os conselhos evangélicos de obediência, sem próprio e em castidade, em comunhão fraterna e em perpétua clausura. A Ordem é contemplativa e as irmãs seguem horários fixos de orações que se iniciam diariamente às 05h30min. e terminam às 20h. Durante todo o dia, cada irmã tem suas funções na administração e serviços da casa, aliando suas atividades aos horários de orações que relembram passagens da vida de Cristo. A clausura, que significa a renúncia da presença física da irmã no mundo, é um dos votos que as irmãs professam e simboliza uma comunhão maior, mais aprofundada. Na OIC, a clausura é uma opção de silêncio que facilita a oração, a ordem, a paz e a unidade da pessoa para buscar e encontrar-se com Deus. Por isso, as áreas internas do Mosteiro são inacessíveis e só são permitidos os acessos para o desempenho de atividades profissionais que visem a preservação e reparos no prédio. Para a implantação da Casa de Retiro Santa Beatriz, a porção direita do prédio foi desligada da área da clausura, e o contato com as irmãs se dá nas salas do locutório, em que as irmãs se posicionam por trás de uma grade de treliça.

Às irmãs de Macaúbas se deve todo o trabalho de preservação de um dos patrimônios mais significativos e belos do estado, em dimensões extraordinárias que impressionam qualquer olhar incauto. Macaúbas começou a ser salva das ruínas a partir de 1983 e os trabalhos continuam até o momento, com mobilização das próprias irmãs e dedicado empenho dos seus trabalhadores. Por lá, durante todo esse período, as máquinas da marcenaria ainda não foram desligadas, o que significa que a manutenção é contínua e eficiente para preservação desse notável patrimônio cultural mineiro.

| FESTA DO TRICENTENÁRIO MOVIMENTA COMUNIDADE

As festividades em Macaúbas contaram com o apoio cultural do IEPHA/MG, que colaborou com as irmãs na preparação do programa do tricentenário. Com a novena iniciada em 27 de novembro, participaram famílias da região que doaram alimentos para o natal dos menos assistidos. As celebrações tiveram à frente os bispos da Arquidiocese de Belo Horizonte, padres e

monsenhores, que foram acompanhados pelo capelão do Mosteiro, padre Raimundo Nonato Costa.

No dia 06 de dezembro, uma missa celebrada em latim pelo monsenhor Raul Motta relembrou os tempos antigos do recolhimento e do colégio de Macaúbas, em homenagem a todos os antepassados e antecessores e teve como oradora a professora Lúcia Massara. No dia 07, após celebração do cardeal Dom Serafim Fernandes de Araújo, o ex-governador e senador eleito Antonio Anastasia relembrou os momentos marcantes da história do recolhimento e destacou o empenho das irmãs para a preservação do grande patrimônio cultural. No dia 08, data do tricentenário, uma celebração cívica, acompanhada do pronunciamento do presidente do Instituto Brasileiro de Museus, Angelo Oswaldo de Araújo Santos, marcou o início das festividades que contaram ainda com celebração do arcebispo metropolitano de BH, Dom Walmor de Oliveira, no lançamento de selo comemorativo pelos Correios, medalha do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e dos livros A Bem Aventurada Macaúbas e Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas: cronologia 1708/1994, sendo essa última apoiada pelo IEPHA/MG e patrocinada pela Associação Cultural Comunitária de Santa Luzia.

| SIMPÓSIO HOMENAGEIA TRICENTENÁRIO

O IEPHA/MG em parceria com o Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG) e o grupo de pesquisa internacional “Portugal e Brasil dos séculos XVI até cerca de 1830 (economia, sociedade, política e cultura)” realizou nos dias 1º e 2 de dezembro o Simpósio “300 anos do Recolhimento de Macaúbas: educação, sociedade, arte e cultura”.

O simpósio, em meio às comemorações do tricentenário do início da construção do antigo recolhimento, apresentou um panorama sobre o setecentos mineiro em suas manifestações artísticas e culturais, as instituições religiosas e educacionais do período e aspectos ligados à história do atual Mosteiro. Coordenado pela professora Adalgisa Arantes Campos, participaram do simpósio os professores Adair Rocha, Adriana Romeiro, Caio Boschi, Célio Macedo, Luiz Carlos Villalta, Luiz Freire, Magno Mello, Marco Antônio Silveira e Thais Nívia Fonseca. O engenheiro do IEPHA/MG Fernando Roberto de Castro Veado também participou apresentando a importância da preservação das técnicas construtivas antigas.

BEM PROTEGIDO: Vila de BIRIBIRI

Por Leandro Henrique Cardoso

O charme da arquitetura colonial predominante na cidade de Diamantina (situada na região do Jequitinhonha), a 292 quilômetros de Belo Horizonte, é capaz de hipnotizar qualquer pessoa que chegue ao local pela primeira vez. As ruas estreitas com calçamento de pedras e os casarões do século XVIII localizados no centro histórico proporcionam um clima tranquilo aos visitantes que, a passos lentos, contemplam detalhadamente cada lugar registrado pelo olhar atento e observador. Ao caminhar um pouco mais pela cidadezinha, o turista chegará a uma estrada que o levará a outro lugar que possui sua memória e história preservadas pelo IEPHA/MG: a Vila de Biribiri.

Entre o centro histórico de Diamantina e a Vila são cerca de 12 quilômetros por estrada de terra, rodeada de montanhas rochosas cobertas de vegetação típica do cerrado. Várias placas encontram-se espalhadas pelo caminho indicando as cachoeiras locais e fazem que o percurso demore alguns minutos ou horas a mais. Ao passar pelo Portal da Vila de Biribiri, o viajante depara-se com a placa que sinaliza: “Companhia Industrial de Estamparia – Fábrica do Biribiri – Propriedade particular”, o que já prenuncia um pouco da origem e história local. Mais alguns metros adiante e lá do alto avista-se as singelas “casinhas” e sente-se o clima de aconchego e tranquilidade transmitida pelo lugar.

| HISTÓRIA DE BIRIBIRI

Em 1876, os irmãos Joaquim Felício dos Santos, Antonio Felício dos Santos e Dom João Antonio dos Santos inauguraram a fábrica de tecidos no lugar conhecido como biri biri, ou buraco fundo, em tupi-guarani. Vários fatores foram favoráveis para a instalação da fábrica da Vila, entre eles a doação de terrenos para a construção do empreendimento, a presença de cursos d’água para o abastecimento e a produção de energia elétrica, a instalação de um pensionato de órfãos que trabalhariam na fábrica como meio de sobrevivência. Nos primeiros anos, o estabelecimento contava com 63 operários e pouco tempo depois passou para 210 funcionários, inclusive imigrantes, manuseando 110 teares movidos à luz elétrica gerada através da captação de água abundante no local, formando uma vila com suas moradias e festejos.

Já em 1954 a fábrica de tecidos recebeu novos sócios: Alexandre Mascarenhas e Rômulo Franchini. Mais tarde, em 1960, A Estamparia S.A., liderada por Alexandre e com sede no município e Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte, tornou-se proprietária de Biribiri, que teve seu conjunto construído ao longo dos anos.



O vilarejo é composto por 39 edificações, entre casas, igreja, pensionato, fábrica, restaurante, escola, clube e barbearia.

A fábrica deixou de funcionar em 1973 e durante algum tempo poucos funcionários ainda habitaram o lugar.

O Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Biribiri está situado no município de Diamantina, e teve seu tombamento homologado em 11 de novembro de 1998 e inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, no Livro do Tombo de Belas Artes e Livro do Tombo Histórico, das obras de Arte Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos.

| HISTÓRIA RECENTE DO VILAREJO

Em 2012, a Estamparia S.A., proprietária de Biribiri, resolveu colocar à venda as casas do conjunto. Os novos moradores das casas, empolgados com a aquisição, iniciaram pequenas intervenções internas. Em 2013, o IEPHA/MG notificou a Estamparia, proprietária de Biribiri, sobre a necessidade de análise e aprovação de projeto antes da realização de obras nas edificações. Desde janeiro de 2014 a Gerência de Patrimônio Material e a Gerência de Ação Preventiva definiram um plano de diretrizes gerais prévio para intervenções na área tombada e acompanharam as demandas provenientes dos novos proprietários dos imóveis, baseando-se nos princípios de conservação e restauração. Sinalizou-se, no entanto, a necessidade de regularização da situação fundiária, tendo em vista a alienação de partes do imóvel, o que resultaria em mudanças na forma de ocupação da antiga vila operária.

Técnicos das Diretorias de Proteção e Memória e de Conservação e Restauração trabalharam de forma integrada no levantamento da situação de obras irregulares, que não

tinham projetos aprovados. Sem uma política de planejamento voltada para a gestão de ocupação, uso e desenvolvimento local, corre-se o risco de descaracterização do bem, além de impacto no meio ambiente do núcleo histórico. Após esse diagnóstico, a Gerência de Patrimônio Material deu prosseguimento às diretrizes de proteção e os projetos e obras de adequações pretendidas foram analisados pela Gerência de Ação Preventiva.

Em novembro, as técnicas Fernanda Pedroso e Angela Dolabela, juntamente com o diretor de Conservação e Restauração Fioravante Vendramini estiveram em Diamantina para uma reunião com a associação Vila Biribiri e novos moradores e o representante do Ministério Público local e do Meio Ambiente. O objetivo do encontro foi apresentar aos proprietários as diretrizes de ocupação do conjunto arquitetônico e paisagístico de Biribiri e responder algumas dúvidas relacionadas aos projetos às obras das casas. A leitura das diretrizes indicou o que pode e o que não pode ser feito no conjunto tombado, com intuito de preservar os valores que motivaram o seu tombamento.

Quem também se reuniu com os técnicos do IEPHA/MG foi a arquiteta e urbanista Rafaela Bogatzky Ribeiro Corrêa, responsável pela elaboração do projeto de recuperação da Igreja Sagrado Coração de Jesus, construída no final do século XX, que desde 2012 está com escoras na parede lateral direita. Após o encontro em Biribiri ficou decidido que o IEPHA/MG enviaria uma nota técnica sobre o estado do templo, com recomendações para o Ministério Público, que vai definir e assinar com a Estamparia um termo de ajustamento de conduta (TAC). A partir desse termo, será estabelecido um cronograma, com prazos para a realização de um diagnóstico estrutural, de um projeto executivo, e a instalação de escoramento adicional, caso necessário, entre outros pontos.